

Projetos selecionados na 2.^a Edição do Concurso *Science4Policy* (S4P-24)

Este documento apresenta de forma sintética as principais informações (título do projeto, linha temática, investigador/a responsável, instituição, e o resumo) sobre os 18 projetos selecionados no âmbito da 2.^a edição do concurso *Science4Policy* lançado pela FCT e o PlanAPP. Os resumos apresentados são da autoria dos/as investigadores/as.

Título do projeto:

Inovação em Avaliação de Políticas Públicas de Arte e Cultura (A&C-IMPACTPP)

Linha temática:

Digitalização, inovação e qualificação / Cultura: Monitorização do impacto do programa de apoio sustentado

Investigador responsável:

José Soares da Silva Neves

Instituição:

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Resumo:

O estudo tem por objeto o Programa de Apoio Sustentado na modalidade quadrienal (PAS4) que é implementado pela Direção-Geral das Artes (DGARTES). A partir da construção da Teoria da Mudança do Programa de Apoio Sustentado, o objetivo central do estudo consiste no desenho de um quadro de indicadores de monitorização e avaliação de apoio aos decisores e às estruturas de gestão do PAS4.

Título do projeto:

Contributo para a promoção de Políticas Públicas em Intervenção Precoce na Infância (A&C-IMPACTPP)

Linha temática:

As Pessoas Primeiro / Intervenção precoce na infância

Investigadora responsável:

Cristina Raquel Batista Costeira

Instituição:

IPLeia – Instituto Politécnico de Leiria

Resumo:

A infância surge no centro das políticas públicas, com foco na prevenção e combate à pobreza e exclusão social, colocando as crianças e famílias no centro das prioridades, tentando assegurar a igualdade de oportunidades. Neste alinhamento a equipa preponente com experiência em investigação e acompanhamento de crianças e famílias com necessidades específicas, tem como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam a atuação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), visando melhorar a acessibilidade e qualidade das respostas às necessidades individuais das crianças e das famílias, no âmbito da intervenção precoce, garantindo a eficácia e a sustentabilidade das intervenções implementadas. Especificamente, pretende-se (1) Avaliar a abrangência da cobertura em termos de grupos de crianças elegíveis, conhecendo os grupos mais ou menos cobertos; (2) Assinalar as causas associadas a níveis de intervenção diferenciados, designadamente ao nível da coordenação da ação dos serviços e entidades dos vários setores envolvidos na intervenção, de modo a identificar as necessidades percebidas pelos profissionais e pelas famílias; (3) Formular recomendações e propostas de melhoria da intervenção do SNIPI, com base nos resultados e na análise de boas práticas existentes em Portugal e noutros países. Para a sua operacionalização será desenvolvido um estudo de investigação que se caracteriza por conhecer as necessidades de equipas e famílias, através da aplicação de questionário que terá uma abrangência a nível nacional. A identificação de necessidades irá permitir um conhecimento abrangente sobre as reais necessidades e contribuir para a fundamentação de prioridades de políticas públicas na área.

Título do projeto:

Monitorização do impacto nos Serviços de Ecossistemas através de diferentes práticas de gestão do solo para informar políticas sustentáveis de uso e ocupação do solo (MonLand)

Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / Solo: Biodiversidade do solo

Investigador responsável:

Eduardo Gomes

Instituição:

IGOT-UL – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Resumo:

A avaliação dos impactos das práticas de gestão de terras na biodiversidade é crucial para preservar a capacidade dos serviços de ecossistemas e promover o bem-estar humano. Na paisagem europeia, atividades como agricultura intensiva e urbanização têm alterado significativamente o solo, a água e os sistemas bióticos, enfatizando a necessidade de uma compreensão mais profunda das suas repercussões ecológicas. Apesar do crescente reconhecimento das preocupações com a biodiversidade, ainda existe uma lacuna significativa entre as práticas de gestão de terras e a eficácia da conservação da biodiversidade. Isso sublinha a necessidade de um quadro teórico robusto que integre princípios ecológicos, ecologia da paisagem e biologia da conservação para informar eficazmente estratégias de gestão de terras. A gestão sustentável do uso da terra visa equilibrar as necessidades humanas com a conservação da biodiversidade, para prevenir a perda de biodiversidade e mitigar os impactos negativos nos habitats naturais. A avaliação da qualidade do habitat e a delimitação de mapas de adequabilidade são cruciais dentro deste quadro, fornecendo diretrizes sobre a distribuição da biodiversidade e facilitando esforços de conservação direcionados. A compreensão da dinâmica da paisagem é essencial para desenvolver mecanismos de monitorização eficazes capazes de avaliar as implicações ecológicas das práticas de gestão de terras ao longo do tempo. O projeto MonLand é destinado a avaliar a interação entre as práticas de gestão de terras e a conservação da biodiversidade em Portugal continental. Ao longo da trajetória histórica da Europa, a dinâmica das alterações no uso e ocupação do solo, como a agricultura intensiva e processos de urbanização, têm exercido profundos impactos na qualidade do solo, nos sistemas hidrológicos e nas comunidades ecológicas. Apesar do aumento do reconhecimento da necessidade de preservação da biodiversidade, persiste uma notável falta de alinhamento entre as estratégias de gestão de terras prevalentes e os objetivos de conservação. O projeto MonLand apresenta dois objetivos principais: (i) conduzir uma avaliação abrangente da saúde do solo e a sua relação com as práticas exercidas; e (ii), quantificar os impactos dessas práticas

nos serviços de ecossistemas. Estas práticas abrangem um amplo espectro de domínios, desde o desenvolvimento urbano e a gestão de recursos hídricos até à intensificação agrícola e à implantação de infraestruturas, como painéis fotovoltaicos. Aproveitando o conhecimento diversificado da equipa de investigação que vai da geografia quantitativa e qualitativa, modelação geográfica, análise de serviços de ecossistemas, modelação das alterações de uso e ocupação do solo, o projeto MonLand está posicionado para enfrentar os desafios multifacetados inerentes a este domínio de investigação. Relativamente aos objetivos do projeto, este está alinhado com o envolvimento de *stakeholders*, a aplicação de técnicas avançadas de análise estatística e modelação, e o mapeamento e avaliação dos serviços de ecossistemas usando diferentes *frameworks* e modelos espaciais. De acordo com esta abordagem metodológica, o projeto pretende fornecer um novo conhecimento sobre a avaliação de impacto na biodiversidade, tendo como caso de estudo Portugal continental. O que distingue o projeto MonLand é a sua metodologia adaptativa, projetada para preencher lacunas na investigação existentes e fornecer novos conhecimentos sobre trajetórias ambientais futuras. Os resultados do projeto compreendem uma avaliação holística dos impactos na biodiversidade e a formulação de mecanismos de monitorização resilientes destinados a acompanhar as dinâmicas da paisagem ao longo de diferentes escalas temporais. Em resumo, o projeto MonLand assume uma importância primordial tanto a nível local como global, alinhando-se com estratégias nacionais, europeias e globais relativas à preservação da biodiversidade e à gestão sustentável da terra. Ao fornecer conhecimentos indispensáveis para a formulação de políticas nacionais e paradigmas de tomada de decisão, o projeto marca um passo crucial em direção à promoção de uma coexistência simbiótica entre as atividades humanas e a integridade ecológica. Além disso, o projeto MonLand está alinhado com as políticas e estratégias internacionais e europeias proeminentes, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Estratégia de Biodiversidade para 2030 e a Década da Restauração dos Ecossistemas (2021-2030). Esses quadros destacam a necessidade de restaurar e preservar ecossistemas, enfatizando assim a relevância e o impacto do projeto numa escala mais ampla.

Título do projeto:

Estratégia de Longo Prazo para a Renovação, Reabilitação e Reconversão do Edificado: habitabilidade, energia, materiais e água (ECO_HELPRE)

Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / Estratégia de longo prazo para a renovação dos edifícios de Portugal (ELPRE): Implicações para a habitabilidade, conforto e salubridade na reabilitação de edifícios

Investigadora responsável:

Joana Mourão

Instituição:

IST-ID – Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento

Resumo:

Na União Europeia, 85% dos edifícios foram construídos antes do ano 2000 e 75% têm um fraco desempenho energético. A recente “onda de reabilitação” de edifícios impulsionou a renovação energética, mas também a reconversão de edifícios, face à crise habitacional e visando responder à transição para a circularidade, regeneração e baixo carbono. Porém a taxa anual de renovação na UE continua a ser baixa (na ordem dos 11 %) e, em geral, a construção baseia-se num modelo económico que promove a demolição de edifícios e a eliminação do material resultante.

A Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE) pretende ir ao encontro dos objetivos, europeus e nacionais, de neutralidade carbónica e a eficiência energética dos edifícios existentes, futuros edifícios NZEB. Contudo, o desempenho ambiental de edifícios não é representado apenas pelo seu desempenho energético operacional e pelos índices de conforto, que os indicadores da ELPRE bem monitorizam (consumo de energia primária; consumo/produção de energia renovável (local e total); emissões CO₂e; área de edifícios renovada; edifícios renovados; horas de desconforto; investimento na reabilitação; poupança). À luz do Pacto Ecológico Europeu a renovação, reabilitação e/ou reconversão de edifícios devem assegurar impacte neutro no clima, o que inclui a eficiência quanto à energia operacional, utilizada no uso e conforto nos edifícios, mas também quanto à energia incorporada, utilizada em materiais e processos de (re)construção, e deve incluir ainda a eficiência hídrica. Deste modo, outros indicadores (e.g., energia incorporada, reutilização de água) são relevantes para acompanhar a onda de renovação, bem como a nova Diretiva do Desempenho Energético dos Edifícios.

“Reabilitar e tornar os edifícios energeticamente mais eficientes potencia o alcance de múltiplos objetivos, como a redução da fatura e da dependência energética do país, a redução de emissões de gases com efeito de estufa, a melhoria dos níveis de conforto e qualidade do ar interior, o combate à pobreza energética e a extensão da vida útil dos edifícios”. Porém, grande parte das intervenções de reabilitação de edifícios em Portugal não inclui esta renovação energética, que é o foco principal da ELPRE desde a sua génese.

A reabilitação corrente de edifícios destina-se principalmente à sua reparação construtiva e atualização ou reconversão espaço-funcional, e nestas atividades a energia incorporada pode ser otimizada. Paralelamente, na renovação energética, são utilizados materiais tendencialmente energívoros. Adicionalmente, em qualquer intervenção num edifício, principalmente de uso residencial, pode ser oportuno e viável investir no aumento da eficiência hídrica, reduzindo o consumo de água no uso/fase operacional.

Quando se observa em Portugal o parque edificado residencial ou com potencial habitacional com necessidades de reabilitação ou reconversão e se o confronta com os indicadores que a ELPRE monitoriza, conclui-se que dificilmente este será otimizado apenas com a renovação energética (intervenção nas envolventes e introdução de sistemas de climatização e energias renováveis). Note-se que poupar energia pode não ser estímulo suficiente para fazer obras em edifícios, num país em que se consome pouco em aquecimento e onde o mercado da construção tem encarecido. A renovação energética acompanhada por adaptações e melhorias estético-funcionais nos edifícios, propõe um estímulo adicional, criando mais e melhor oferta de habitação, e contribuindo não apenas para mitigar a pobreza energética mas também a pobreza habitacional.

No entender da presente proposta, uma visão conjunta da reabilitação, reconversão funcional e da renovação energética – visando a eficiência operacional, incorporada, e hídrica – pode aumentar a quantidade e qualidade das intervenções em edifícios existentes visando os objetivos da onda de renovação e também os da oferta de habitação. Nesse âmbito, pretende-se estabelecer um conjunto de recomendações e indicadores para um programa a nível nacional para a renovação e reconversão de edifícios, visando melhorar a habitabilidade, conforto, saúde e salubridade, indo de encontro aos futuros planos nacionais de renovação do edificado previstos na nova EPBD, de forma adequada e acessível. Este programa irá ampliar o campo de monitorização da ELPRE à reabilitação e reconversão habitacional, permitindo perspetivar incentivos às transformações espaço-funcionais que otimizem o desempenho ambiental conservando o edificado, poupando energia e emissões, materiais e água, e obtendo mais e melhor habitação. Para este fim a proposta apresenta como principal objetivo a identificação de recomendações e indicadores, e desenvolve-se em fases analítica, exploratória e propositiva, com tarefas sequenciais e uma tarefa transversal de divulgação das atividades.

Título do projeto:

Estudo sobre modelos de atendimento e acompanhamento social integrado em Portugal (MAASIP)

Linha temática:

As Pessoas Primeiro / Modelos de atendimento e acompanhamento social integrado em Portugal

Investigadora responsável:

Heloísa Perista

Instituição:

CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

Resumo:

Em paralelo com esforços para a integração dos serviços sociais na Europa (ex: Lara Montero et al., 2016; EC/DG EMPL, 2022), também em Portugal se tem assistido ao desenvolvimento e implementação de metodologias inovadoras de atendimento e acompanhamento social, com ênfase crescente em abordagens integradas (ex: CET-ISCTE/CESIS, 2005; Tomás, 2012; CESIS/CET, 2015; Bracons, 2017; Marques, 2017).

Linhas orientadoras como estas têm encontrado eco em políticas públicas em Portugal, tais como o Programa Rede Social. A integração de respostas sociais está patente em vários instrumentos de política pública, tais como o PNS 2030 ou o PAIMH 2023-2026.

No entanto, os modelos de atendimento e acompanhamento social integrado em Portugal carecem de mapeamento e avaliação de experiências de implementação, quanto às suas configurações, metodologias, resultados e impactos, limitando potenciais aprendizagens.

É neste contexto que é proposto o projeto “Estudo sobre modelos de atendimento e acompanhamento social integrado em Portugal” (MAASIP). Será desenvolvido pelo CESIS em colaboração com a ANMP. Pretende-se ainda vir a retomar os contactos preliminares efetuados com o ISS, IP para que este se associe ao projeto.

A equipa reúne larga experiência de investigação aplicada e de participação em estruturas de análise e de apoio à tomada de decisão, bem como na conceção de metodologias de atendimento integrado e no acompanhamento da sua implementação.

Heloísa Perista, IR, congrega uma experiência de 37 anos, atuando como representante nacional em redes de análise e apoio à tomada de decisão estabelecidas pela Eurofound e pela Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão da Comissão Europeia.

Ana Cardoso (Co-IR) tem uma vasta experiência na área deste estudo, tendo sido pioneira na conceção e validação de metodologias de atendimento e acompanhamento social integrado em Portugal. As abordagens sociais integradas e a formulação de recomendações de política pública acompanham a sua carreira. Tem, também, exercido um importante papel como formadora, nomeadamente no âmbito da Administração Pública.

O projeto MAASIP terá uma duração de 12 meses. Procederá ao levantamento, sistematização e análise das experiências nacionais de atendimento e acompanhamento social integrado, construindo uma base de conhecimento que identifique as experiências que resultaram (ou não resultaram). Dessa forma, permitirá apoiar a tomada de decisão quanto à adoção de modelos de atendimento e de intervenção integrados, em contextos municipais, bem como contribuir para o desenho e implementação de novas medidas e respetiva alocação de recursos, incluindo financeiros.

Para atingir estes fins, apoiar-se-á num conjunto de atividades: (i) recolha e análise documental sobre a integração de respostas sociais e, mais concretamente, sobre serviços de atendimento e acompanhamento social integrado (SAASI); (ii) conceção, teste, aplicação e análise de um questionário, online, a ser respondido pela totalidade dos municípios portugueses; conceção, realização e análise de entrevistas semidiretivas com elementos responsáveis pela coordenação de SAASI antes da transferência de competências, com utentes de SAASI e com elementos atualmente responsáveis por SAAS; conceção, realização e análise de *focus group* com intervenientes nas experiências de SAASI consideradas bem-sucedidas; sessões práticas com responsáveis políticos/as e profissionais com o duplo objetivo de discussão/validação de resultados e de capacitação de participantes; sessões de capacitação das equipas SAAS.

Daqui resultará um conjunto de produtos:

- i. guia metodológico para o atendimento e acompanhamento social integrado, documento que visa definir critérios e clarificar as condições para a operacionalização de um serviço de atendimento social integrado, em função de diferentes abordagens metodológicas. Tem, também, como objetivo apoiar a tomada de decisão quanto à adoção de modelos de atendimento e de intervenção integrados, em contextos municipais;
- ii. proposta para a constituição de um atlas interativo relativo a modelos de atendimento e acompanhamento social integrado em Portugal. Trata-se de preparar a informação recolhida para que ela possa estar disponível enquanto recurso digital que não só permite fazer o mapeamento das experiências identificadas, como fornece elementos de caracterização sobre as mesmas. A informação recolhida e devidamente tratada ficará à disposição da ANMP para a criação do recurso digital;
- iii. três *factsheets* e notas de imprensa associadas;
- iv. *policy brief*, documento com recomendações de medida de política pública baseadas nos resultados do estudo, que possa contribuir de modo claro para o desenho e implementação de novas medidas e respetiva alocação de recursos, incluindo financeiros;

- v. relatório final;
- vi. seminário final de disseminação dos resultados;
- vii. propostas de artigos e de comunicações a congressos científicos.

Título do projeto:

Avaliação do impacto das políticas públicas na produtividade e internacionalização das empresas portuguesas (CREDIT)

Linha temática:

Digitalização, inovação e qualificação / Competitividade e Internacionalização das empresas portuguesas

Investigador responsável:

José Manuel Peres Jorge

Instituição:

FEP.UP – Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Resumo:

Os decisores políticos portugueses argumentam frequentemente que o sucesso da internacionalização das empresas portuguesas depende da dimensão das empresas. De acordo com esta visão frequentemente veiculada na imprensa, a economia global exige produtos inovadores que dependem fortemente de tecnologia e marcas, e apenas as grandes empresas podem financiar os grandes investimentos necessários para este tipo de inovação. Decorre desta ideia generalizada que as políticas certas para apoiar a internacionalização devem favorecer as grandes empresas ou criar incentivos ao crescimento das empresas, uma vez que as grandes empresas estão melhor preparadas para a internacionalização do que as pequenas empresas. Este objetivo poderia ser alcançado, por exemplo, através da criação de incentivos para que as empresas reinvestissem os seus lucros. O artigo “Indústria: capitalizar e internacionalizar” de João Neves (Negócios, 26 de fevereiro de 2023, ver ficheiro anexo), antigo Secretário de Estado da Economia do governo português, ilustra esta visão.

Mas esta visão popular entre os decisores políticos portugueses é contestada por muitos académicos (com base, por exemplo, no trabalho de Melitz, 2003). Uma análise cuidadosa da dinâmica do crescimento das empresas sugere que a produtividade precede o crescimento, com as empresas mais produtivas a crescerem mais rapidamente e a procurarem depois a internacionalização para venderem os seus produtos. Mais especificamente, as pequenas empresas altamente produtivas com uma forte vantagem competitiva crescem mais rapidamente do que as grandes empresas (e eventualmente tornam-se grandes) e são responsáveis pelo sucesso da internacionalização. Estas dinâmicas estão bem documentadas no campo da “Economia da Estratégia”, com o estudo de caso do *WhatsApp* ilustrando estas dinâmicas. Na época em que o *Facebook* adquiriu esta empresa de mensagens em 2014, o *Whatsapp* pertencia

aos 20 principais aplicativos de redes sociais da *App Store* dos EUA, mas tinha uma equipa surpreendentemente pequena de apenas 55 funcionários.

Estas duas visões contrastantes da internacionalização têm implicações diferentes para a política económica. Por um lado, os defensores da visão “a dimensão conduz à internacionalização” defendem políticas que favoreçam as grandes empresas. Estas políticas poderiam ser implementadas de várias formas, nomeadamente através de um tratamento fiscal mais favorável às grandes empresas ou de medidas que induzam o investimento e o crescimento das empresas. O tamanho por si só dará uma vantagem competitiva às empresas nos mercados internacionais. Por outro lado, os defensores da “produtividade conduz à internacionalização” argumentam que uma “grande empresa com um mau produto” nunca terá sucesso internacional. As políticas devem visar empresas altamente produtivas com uma forte vantagem competitiva, e a internacionalização bem-sucedida chegará em devido tempo.

É, portanto, importante identificar onexo causal que leva a uma internacionalização bem-sucedida da empresa, se os decisores políticos desejarem encorajar a internacionalização da economia portuguesa. A análise causal requer a comparação de um grupo de tratamento com um grupo de controlo. No entanto, é preciso confiar em quase-experiências para construir os dois grupos, uma vez que os dados experimentais raramente estão disponíveis nas ciências sociais. Esta limitação exclui experiências óbvias que clarificarão as relações causais. Por exemplo, o investigador não deve comparar os efeitos das políticas nas pequenas empresas versus os efeitos nas grandes empresas, uma vez que os grupos de tratamento e de controlo não serão comparáveis para o universo das empresas portuguesas.

Neste projeto, contamos com duas quase-experiências para nos ajudar a identificar onexo causal que leva à internacionalização. Na primeira quase-experiência, contamos com um desastre natural que cria um choque exógeno na produtividade (também conhecido como efeito “reconstruir melhor”). Comparamos um grupo de tratamento de empresas com alta produtividade com um grupo de controlo com baixa produtividade. Investigamos então se o choque na produtividade promove a internacionalização das empresas (em termos de exportações). Na segunda quase-experiência, investigamos o efeito de um programa governamental que atribui “aleatoriamente” crédito barato às empresas. Comparamos um grupo de tratamento de empresas que obtêm crédito barato com um grupo de controlo de empresas que obtêm crédito caro. Investigamos então se o crédito barato conduz ao aumento da produtividade e das exportações.

O projeto inclui duas partes, cada uma correspondendo a um artigo. O primeiro artigo avalia se “a produtividade causa a internacionalização bem-sucedida”, e o segundo artigo avalia se “a dimensão causa a internacionalização bem-sucedida”. O relatório final com *policy brief* enquadra as políticas de internacionalização no contexto nacional, e sumariza os resultados dos dois artigos.

Título do projeto:

Modelação Coparticipativa de Distritos de Solo com base em *Machine Learning* (ML-SOIL)

Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / Solo: Elementos para uma estratégia para o solo - Como definir "soil districts"?

Investigador responsável:

Fernando Jorge Pedro da Silva Pinto da Rocha

Instituição:

IGOT-UL – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Resumo:

A Diretiva de Monitorização do Solo (DMS) da União Europeia (UE) é um instrumento legislativo fundamental destinado a promover práticas sustentáveis de gestão do solo nos estados membros. A diretiva delinea o estabelecimento de Unidades de Solo (US) dentro de Distritos de Solo designados, servindo como entidades fundamentais para monitorização e governança do solo. No entanto, a natureza heterogénea da tipologia do solo e do uso do solo nos estados membros apresenta desafios significativos na delimitação eficaz dessas unidades. Abordar esta complexidade requer metodologias sofisticadas e colaboração interdisciplinar.

Os avanços recentes em técnicas estatísticas e modelagem proporcionaram novas oportunidades para a delimitação precisa de US. Algoritmos de *machine learning*, análises geoestatísticas e sistemas de informação geográfica (SIG) emergiram como ferramentas valiosas neste contexto. Várias abordagens numéricas, incluindo *fuzzy clustering* e análise de componentes principais, têm sido propostas para a delimitação de US, aproveitando diversas fontes de dados ambientais e do solo.

No entanto, alcançar US verdadeiramente multiúso permanece um desafio devido às interações intrincadas entre as propriedades do solo. Em resposta a esses desafios, propõe-se uma metodologia dinâmica que integra a avaliação da qualidade do solo e o envolvimento das partes interessadas. Estratégias de co-participação envolvendo partes interessadas da ciência, política e sociedade civil têm como objetivo definir US considerando a diversidade nacional do solo, variações climáticas e práticas agrícolas. Esta abordagem colaborativa garante a conformidade com as diretrizes da UE e promove a apropriação entre as principais partes interessadas.

Um ponto central para a metodologia proposta é a utilização de algoritmos de *machine learning* e a integração de conjuntos de dados diversos. Os dados climatológicos, os mapas de uso do solo, os dados de elementos do solo e a informação litológica estão entre os principais *inputs*

considerados. As tarefas focadas em mapeamento litológico, unidades de resposta climática e agrupamento de unidades de solo constituem componentes integrais do quadro proposto, visando desenvolver uma metodologia robusta de delimitação de US.

A harmonização dos sistemas de monitorização ao nível nacional é enfatizada, juntamente com o estabelecimento de um observatório de solo abrangente. Estas iniciativas melhoram a confiabilidade dos dados e facilitam a avaliação da saúde do solo, contribuindo para a tomada de decisões baseada em evidências. Além disso, o projeto sublinha a importância da participação e colaboração das partes interessadas, especialmente entre os agentes de desenvolvimento rural.

Ao criar um sistema de informação para registar os resultados da análise de solo e as práticas culturais, o projeto visa apoiar a tomada de decisões baseada em evidências ao nível da exploração agrícola e informar as políticas de desenvolvimento rural. Em última análise, o projeto procura avançar com práticas sustentáveis de gestão do solo através da colaboração interdisciplinar e metodologias inovadoras adaptadas aos contextos diversos dentro da UE. Através destes esforços concertados, a UE visa salvaguardar os recursos do solo para as gerações futuras, promovendo simultaneamente a sustentabilidade agrícola e o desenvolvimento rural.

Título do projeto:

Variações nos serviços de ecossistemas de áreas marinhas nacionais em cenários de alterações climáticas: Impactos no turismo costeiro (SHIFT-MARES)

Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / Alterações climáticas e o turismo em Portugal

Investigadora responsável:

Irene Isabel da Cruz Martins

Instituição:

CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental

Resumo:

As áreas costeiras e oceânicas albergam serviços de ecossistema (SE) fundamentais que sustentam uma ampla variedade de atividades da economia azul e de povoações humanas em todo o mundo. O turismo está entre estas atividades, apresentando uma tendência crescente no Mediterrâneo e sul da Europa, particularmente em áreas costeiras, que atraem um elevado número de visitantes. Na verdade, o turismo costeiro foi identificado como uma das cinco prioridades da Estratégia de Crescimento Azul da União Europeia (UE).

Em 2022, Portugal registou um aumento nominal de 72,7% no Valor Acrescentado Bruto gerado pelo Turismo (VABT) em comparação com 2021, com as receitas desta atividade a representarem 12,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, sendo que o aumento mais significativo (96%) ocorreu em áreas costeiras.

No entanto, a intensa pressão do turismo e de outras atividades humanas nas áreas costeiras pode contribuir para a degradação dos ecossistemas marinhos e dos serviços que estes prestam, podendo levar a consequências significativas para destinos turísticos. De acordo com alguns estudos, os turistas podem alterar as suas decisões sobre destinos costeiros se a qualidade dos habitats marinhos e costeiros for negativamente afetada.

No cenário atual, em que a economia portuguesa depende significativamente do turismo por um lado e enfrenta os desafios da crise climática por outro, torna-se essencial avaliar os riscos que as mudanças climáticas e eventos climáticos extremos representam para o turismo nacional, especialmente quando combinados com outros fatores de perturbação ambiental.

O turismo depende fortemente dos SE. Os serviços de provisão fornecem alimentos, água e energia, entre outras necessidades; os serviços de regulação desempenham um papel vital, uma vez que os ecossistemas regulam os padrões climáticos, o que é crucial na seleção de destinos

pelos turistas. Da mesma forma, muitas atividades turísticas situam-se em regiões propensas a riscos naturais como inundações ou furacões. Os SE podem diminuir consideravelmente os riscos de catástrofes naturais ao reforçar a proteção costeira. Além disso, os SE culturais são primordiais para a satisfação dos visitantes, proporcionando apreciação estética, atividades recreativas ou experiências espirituais e religiosas.

Os modelos de teia trófica consideram tanto os aspetos estruturais (e.g. biomassa), como os componentes funcionais (e.g. fluxos de energia entre grupos ecológicos). Consequentemente, fornecem informações valiosas sobre o funcionamento do ecossistema, sendo capazes de considerar os efeitos diretos e indiretos na teia alimentar, os quais se refletem nos SE.

Os resultados da modelação da teia trófica permitem a medição direta de certos SE (por exemplo, o fornecimento de alimentos provenientes da pesca) e possibilitam a avaliação de propriedades do ecossistema que estão interligadas com os SE. Por exemplo, existe uma correlação forte e positiva entre a resiliência dos SE e a robustez da teia trófica. Além disso, a resiliência ecológica, que indica a capacidade do ecossistema de manter o seu estado inicial e fornecer SE apesar das influências externas, pode ser avaliada através de métricas como: *Average Path Length (APL)*, *Finn Cycling Index (FCI)*, *Mean Trophic Level (MTL)*, *Total Transfer Efficiency (TTE)*, and *Ascendency (A)*, among others.

Portanto, ao examinar a interação entre a modelação da teia trófica, os SE e o turismo, o objetivo do projeto SHIFT-MARES é prever os impactos das mudanças climáticas e eventos climáticos extremos, bem como outras pressões antropogénicas, no turismo costeiro em Portugal. Isso envolverá a avaliação dos SE associados ao turismo costeiro, comparando as condições atuais com cenários futuros.

Dado o período de um ano, o projeto focar-se-á numa área costeira crucial para o turismo nacional, a Ria Formosa, situada na região do Algarve. A implementação do projeto envolverá a colaboração com partes interessadas do setor público, nomeadamente, APA, ICNF e Município de Olhão, que emitiram cartas de apoio ao projeto.

Os resultados do projeto, incluindo um *policy brief*, um relatório técnico e um workshop participativo, irão contribuir significativamente para a tomada de decisões no que diz respeito à adaptação e resiliência da Ria Formosa às mudanças climáticas e eventos climáticos extremos, em combinação com outros fatores de stress ambiental existentes. Uma vez calibrada para a Ria Formosa, a mesma metodologia pode ser aplicada a outras áreas costeiras e marinhas em Portugal.

Os objetivos do projeto estão alinhados com várias estratégias de desenvolvimento sustentável nacionais e europeias, como Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, Estratégia de Crescimento Azul da UE, Estratégia de Biodiversidade da UE, ou Plano de Adaptação às Alterações Climáticas.

Título do projeto:

Alterações climáticas, políticas públicas e desigualdades (ClimatEquality)

Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / Impacto das alterações climáticas nas desigualdades: rendimentos do trabalho e fiscalidade

Investigador responsável:

Frederico Cantante

Instituição:

CoLABOR - Associação Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social

Resumo:

As alterações climáticas colocam um desafio existencial à humanidade, cuja resposta implica mudanças muito significativas à escala global, nacional, regional e local num leque transversal de esferas ou domínios da vida em sociedade. A reflexão e o debate político e académico em torno dessas respostas partem tipicamente de dois pressupostos: por um lado, o facto de a distribuição da responsabilidade pelas alterações climáticas, decorrentes da emissão de gases com efeitos de estufa para atmosfera, ser bastante assimétrica do ponto de vista territorial, categorial e/ou setorial; por outro, o facto de os impactos já verificados ou expectáveis no curto, médio e longo das alterações climáticas serem também bastante desiguais, quer entre países ou regiões do globo, quer entre categoriais socioeconómicas, quer ainda entre setores de atividade económica.

As alterações climáticas têm impactos sociais e económicos que decorrem diretamente do próprio processo de aumento da temperatura da atmosfera: por exemplo, a subida do nível médio do mar e as consequências que esse fenómeno tem para as populações que vivem no litoral ou em ilhas; a escassez de água em algumas regiões; a desertificação paulatina de algumas regiões; o aumento de fenómenos climáticos extremos, como furacões, secas, ondas de calor ou cheias; ou o aumento da temperatura, pondo em causa a produtividade do trabalho e a estabilidade dos sistemas energéticos. De acordo com o *Intergovernmental Panel on Climate Change*, Portugal, tal como a generalidade dos países do Sul da Europa, caracteriza-se pela exposição particularmente intensa em relação aos impactos das alterações climáticas, tais como a erosão dos solos, a desertificação, os incêndios florestais, ou a escassez de água. Esses impactos podem também resultar de políticas públicas de mitigação e adaptação às alterações climáticas: as denominadas políticas para a Transição Verde. As alterações climáticas e as políticas públicas orientadas para as enfrentar podem ter efeitos variados nas desigualdades: reprodução, mitigação, aprofundamento e/ou produção de novas desigualdades.

Tendo em consideração que a distribuição das responsabilidades pela indução humana das alterações climáticas, mas também o facto de os impactos dessas alterações serem desiguais, importa assegurar que as políticas públicas orientadas para combater e/ou mitigar as alterações climáticas são enformadas por princípios de justiça. Neste sentido, as políticas orientadas para potenciar a transição para uma economia de baixo carbono devem ser calibradas de modo a que esse processo seja justo.

O projeto *ClimatEquality* tem como objetivo desenvolver um diagnóstico integrado e compreensivo acerca dos impactos das alterações climáticas nas desigualdades no domínio dos rendimentos do trabalho e fiscalidade, bem como contribuir para o desenho e a avaliação de políticas públicas nesta área. A perspetiva analítica e metodológica deste projeto parte do seguinte pressuposto: o trabalho e o emprego assumem um papel central na constituição das sociedades, pelo que os impactos negativos das alterações climáticas colocam desafios políticos estruturais.

Este projeto irá desenvolver um diagnóstico acerca dos impactos das alterações climáticas e das políticas públicas orientadas para lhes dar resposta nas desigualdades no domínio do rendimento do trabalho e fiscalidade, focado na realidade portuguesa, mas contextualizando-a em tendências transversais e multidimensionais verificadas à escala europeia e global. Tal exercício assentará num plano de investigação sequencial e articulado, suportado, desde logo, num enquadramento teórico, conceptual e estatístico, mas também num *benchmark* de políticas nacionais, europeias e internacionais vocacionadas para a adaptação às transições climáticas.

A partir destes referentes teórico-conceptuais e normativos, promover-se-á uma análise da vulnerabilidade do emprego em Portugal em relação aos impactos da transição para uma economia de baixo carbono, tendo como referência o setor de atividade e o volume de negócios por trabalhador das empresas, bem como o perfil socioprofissional, contratual e remuneratório dos trabalhadores. O objetivo fundamental desta análise é o de medir a vulnerabilidade da economia portuguesa e dos diferentes territórios à transição para uma economia de baixo carbono.

De forma complementar, e em articulação com instituições participantes do *ClimatEquality* e outros *stakeholders*, será desenvolvida uma reflexão acerca dos desafios que a Transição Verde Justa coloca às políticas fiscais, ao sistema de Segurança Social e à oferta de formação e requalificação de ativos. Este exercício será uma dimensão importante do diagnóstico e das propostas que emergirão do projeto.

A revisão teórico-conceptual, as metodologias e procedimentos adotados na execução do *ClimatEquality* serão um contributo para a calibração de um instrumento de avaliação do impacto das políticas públicas nas desigualdades.

Título do projeto:

Melhores ferramentas tecnológicas profundas para prevenção de danos em jogos de azar, detecção precoce e intervenção personalizada (BET-DeTECH)

Linha temática:

Digitalização, inovação e qualificação / *Deep tech*: ecossistema nacional

Investigadora responsável:

Artemisa Agostinha Monteiro da Rocha Dores

Instituição:

P.Porto – Instituto Politécnico do Porto

Resumo:

A digitalização traz inúmeros benefícios, incluindo maior acesso à informação, comunicação, lazer e eSaúde, mas também apresenta novos desafios e riscos (Dores et al., 2020). No panorama contemporâneo, a proliferação de plataformas online levou a uma acessibilidade sem precedentes a várias formas de entretenimento e atividades, incluindo o jogo. No entanto, juntamente com essa acessibilidade, surge o alarmante aumento do jogo patológico (JP), reconhecido como uma dependência comportamental (APA, 2013; WHO, 2023), com consequências prejudiciais para os indivíduos e a sociedade (Fineberg et al., 2018; OHIDPH England, 2019), tornando-se uma questão de saúde pública (Ukhova et al., 2023).

O setor de saúde pública tem incentivado os Governos a reconhecerem os efeitos adversos associados ao jogo e a incorporar estratégias de prevenção de danos em toda a população, através de políticas de jogo. Embora as políticas de jogo estejam a evoluir globalmente, e em Portugal seja uma atividade regulada, a integração do jogo como uma preocupação de saúde pública através de medidas políticas abrangentes é ainda necessária em diferentes jurisdições (Ukhova et al., 2023). Hoje, no cenário tecnológico em rápida evolução, compreender e potenciar as *Deep Tech* no domínio do jogo é crucial para que os decisores políticos possam regulamentar e promover medidas eficazes, potenciando o ecossistema nacional.

No âmbito da iniciativa Science4Policy, a estratégia temática para 2030 em Digitalização, Inovação e Qualificação estabelece um quadro abrangente para a utilização da tecnologia e do capital humano para criar um futuro mais próspero, inclusivo e sustentável. Ao alinhar políticas, investimentos e iniciativas com os princípios de digitalização, inovação e qualificação, Portugal pode fomentar novas oportunidades de crescimento económico, progresso social e desenvolvimento humano. Neste contexto, as *Deep Tech* desempenham um papel fundamental, ao oferecerem soluções inovadoras e baseadas em evidências para enfrentar desafios complexos, como dependências comportamentais e problemas de jogo, enfrentados pela

Administrações Públicas. Tecnologias avançadas, como inteligência artificial, aprendizado de máquina, análise de dados e biometria, têm o potencial de revolucionar essa realidade, promovendo uma melhor saúde pública e o ecossistema nacional.

Os principais objetivos do projeto BET-DeTECH são os seguintes:

- Gerar conhecimento científico e melhores práticas para atender às necessidades atuais em políticas públicas no domínio da utilização de *Deep Tech* aplicadas ao jogo.
- Fomentar o crescimento do ecossistema nacional, aplicando *Deep Tech* no setor do jogo, identificada como uma área com alto potencial de desenvolvimento.
- Contribuir para uma cultura de produção científica para políticas públicas dentro da comunidade científica, em níveis nacional e internacional.
- Promover a utilização do conhecimento gerado pelo projeto Bet-DeTECH entre os decisores políticos e as comunidades de apoio à decisão.
- Incentivar abordagens mais integradas na conceção e elaboração de políticas com base no conhecimento produzido no âmbito do projeto Bet-DeTECH.
- Promover novas abordagens transdisciplinares e translacionais para abordar o uso problemático da internet, particularmente o jogo patológico.
- Aprimorar a comunicação em ciência e tecnologia.

A realização de uma abordagem abrangente que inclui uma revisão sistemática da literatura e um estudo qualitativo com entrevistas aos interessados deve fornecer informações valiosas sobre o impacto multifacetado dessas tecnologias e as medidas que as podem potenciar, convertidas num *policy brief* como produto final.

O consórcio estabelecido, como parte da estratégia *NeuroGambling*, envolverá uma equipe transdisciplinar composta por profissionais em neurociência cognitiva e afetiva, clínicos/psiquiatras, especialistas em *Deep Tech* e representantes da Administração Pública/decisores políticos, em colaboração direta com os decisores políticos.

A relação entre as *Deep Tech* e o ecossistema nacional é simbiótica. Um ecossistema nacional forte pode fornecer o ambiente necessário para que as empresas de *Deep Tech* prosperem, enquanto as inovações dessas empresas podem impulsionar o crescimento e a competitividade da economia nacional.

Título do projeto:

Género na paisagem das TIC em Portugal: que lugar para as mulheres? (Women4Digital)

Linha temática:

Digitalização, inovação e qualificação / Competências digitais: as mulheres na transição digital

Investigadora responsável:

Rosa Monteiro

Instituição:

CES-UC – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Resumo:

O objetivo fundamental do projeto *Women4Digital* é contribuir para o conhecimento, caracterização e monitorização das políticas públicas criadas em Portugal, desde 2017, para promoção da participação das mulheres e combate à segregação horizontal no setor do digital. Estes objetivos de política são relevantes porquanto a participação das mulheres no setor das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é, não só excepcionalmente reduzida, como tem mesmo manifestado alguma tendência decrescente: a proporção de formandas em TIC caiu de 26%, em 1999, para 20,1% em 2020, e a participação das mulheres na força de trabalho das TIC diminuiu de 24% para 22% entre 2005 e 2020. Esta realidade obsta à superação do estrangulamento na oferta de qualificações em TIC, essencial para o sucesso da transição digital baseada nos direitos humanos, e contribui fortemente para agravar as desigualdades de rendimento entre homens e mulheres, uma vez que as mulheres tendem a concentrar-se em atividades e setores menos dinâmicos que o das TIC e com remunerações médias inferiores.

Desde 2017, há evidências de uma forte iniciativa de política pública no país para colocar a participação das mulheres em setores críticos para a transição digital na agenda política e pública. Trata-se de esforços impulsionados e desenvolvidos sob a tutela governamental da Igualdade, que arrancaram com o lançamento de um programa específico - o Engenheiras por um Dia. A adesão ao tema por outras esferas e setores tem crescido, fruto também de um conjunto de normativos e programas europeus para a promoção da igualdade de género nas áreas das Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática (traduzidas no acrónimo em inglês STEM, mais recentemente ampliado para STEAM, para incluir também as artes). Assim, tem-se consolidado uma política de *mainstreaming* de género ou de transversalização de uma perspetiva de igualdade de género neste campo, através da criação de alguns programas, da introdução de objetivos estratégicos específicos em instrumentos de planeamento (e.g., Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação - ENIND 2018-2030), e da criação de metas e indicadores nas políticas de transição digital (e.g. Plano de Ação para a Transição

Digital). As diversas iniciativas têm originado sinergias entre vários atores setoriais, como sejam o setor empresarial, o setor associativo, as escolas e instituições de ensino superior e de ciência, bem como redes nas áreas tecnológica e digital. Não existem, porém, estudos sistemáticos acerca destas dinâmicas políticas, que identifiquem e analisem a diversidade de instrumentos de *mainstreaming* de género e de medidas de ação direta em curso. O desenho de mecanismos e a formulação de indicadores para acompanhamento integrado daquelas medidas e para avaliação dos seus impactos assumem, pois, especial relevância, quer para aferir da sua abrangência, quer para apoiar exercícios de planeamento de ajustes e/ou de formulação de novas medidas e instrumentos de política pública. Estas são as lacunas que o presente projeto pretende colmatar.

Para além do seu mapeamento, o projeto analisará as iniciativas de política pública à luz de modelos que permitem tipificar e monitorizar o impacto dos programas de *mainstreaming* de género no digital e os fatores que determinam o seu sucesso (Marcelle, 2002; Lagesen et al., 2022). Para atingir os objetivos acima referidos, será desenvolvido um conjunto de tarefas complementares: revisão e mapeamento das ações e medidas de política pública adotadas em Portugal para promover a participação das mulheres na transição digital; levantamento e sistematização de normativos e indicadores de organismos internacionais; análise crítica de conteúdo das perspetivas de “*mainstreaming* de género” e de “ações específicas” presentes nas políticas públicas nacionais; auscultação a partes interessadas, através de *focus group* com responsáveis/representantes das áreas de política pública (e.g., digitalização, igualdade, educação, trabalho). Pretendemos também assegurar uma forte componente participativa e formativa, através do trabalho articulado com as entidades que suportam esta investigação - a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência - e de um workshop com *stakeholders*.

A diversidade de formações, competências e experiência profissional e académica das investigadoras da equipa do *Women4Digital* constitui garantia de capacidade de realização dos objetivos propostos. Trata-se de uma equipa com formação em diversas áreas científicas (sociologia, economia, psicologia e direito), na sua maioria com marcada especialização em estudos de género e trabalho anterior dirigido à análise, caracterização e desenvolvimento ou implementação de medidas vocacionadas ao combate à segregação de género nas TIC, e ainda experiência na implementação de políticas públicas de igualdade e transição digital.

Título do projeto:

Licenças Parentais, Desigualdades Sociais e Bem-Estar Infantil (CareChild)

Linha temática:

As Pessoas Primeiro / Licenças parentais - quadro de análise

Investigadora responsável:

Susana Atalaia

Instituição:

ICS-ULisboa – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Resumo:

Nas últimas duas décadas, a implementação e o reforço do direito à licença de paternidade, posterior licença parental inicial exclusiva do pai, bem como a possibilidade oferecida à mãe e ao pai de partilharem o tempo de licença parental, contribuíram para uma maior igualdade entre mulheres e homens nos cuidados às crianças. Ao mesmo tempo, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho reduziu as disparidades entre mulheres e homens no emprego. No entanto, este crescimento foi acompanhado por um aumento do emprego precário, sobretudo entre as mulheres, com implicações no usufruto das licenças parentais. Enquanto direito baseado no registo das contribuições sociais, o gozo das licenças bem pagas (igual ou superior a 66% da remuneração de referência do trabalhador) não está a acompanhar as contínuas mudanças no mercado de trabalho em termos de emprego atípico (e.g. temporário, a tempo parcial, etc.) e trabalho independente, tornando mais difícil para mães e pais beneficiarem (na totalidade ou em parte) da protecção na parentalidade. Em resultado da falta de interligação entre os critérios de elegibilidade às licenças parentais e as atuais condições do mercado de trabalho, muitas mulheres e homens enfrentam dificuldades no acesso, gozo e partilha das licenças parentais e subsídios correspondentes. Esta desigualdade entre trabalhadores traduz-se necessariamente noutra: a desigualdade entre filhos de trabalhadores protegidos e não protegidos ou apenas parcialmente protegidos pelo sistema. Consequentemente, parece haver um impacto no bem-estar e desenvolvimento das crianças em termos de cuidados, configurando uma situação de desigualdade desde o nascimento.

Reportando-se às situações de desigualdade e discriminação no acesso, gozo e partilha das licenças parentais em Portugal, o *CareChild* apresenta um duplo objetivo.

O primeiro, pretende mapear e identificar as situações de desigualdade e discriminação no acesso, gozo e partilha das licenças parentais, associando-as ao tipo de vínculo contratual e situação profissional de mães e pais trabalhadores. Procuraremos dar resposta às seguintes questões: Quem são os trabalhadores sem acesso às licenças parentais? Que vínculos os ligam

ao mercado de trabalho? Em que situações é possível ter acesso à licença (tempo) sem a devida compensação monetária (subsídio)? Quem são os trabalhadores com acesso à licença que apenas usufruem da componente obrigatória (42 dias mãe e 28 dias pai)? Quem são os que não partilham a licença parental inicial? E quem são os que não estão abrangidos pelo regime contributivo? Para responder a estas questões, recorreremos à análise da legislação laboral em matéria de proteção social na parentalidade atendendo à diversidade de situações profissionais; à análise de dados secundários (oficiais e administrativos) relativos ao emprego e ao gozo das licenças parentais e à realização de grupos focais com especialistas e *stakeholders* nas áreas do trabalho, da protecção social e das políticas públicas.

O segundo, visa conhecer e sistematizar o impacto que a desigualdade no exercício do direito à licença parental pode ter no bem estar e desenvolvimento da criança. Apesar de a criança e o seu bem-estar surgirem como um dos desideratos da política de licenças parentais, na realidade trata-se de um direito da mãe e pai trabalhadores e não de um direito da criança. Neste sentido, importa conhecer a repercussão da política atual no bem-estar e desenvolvimento da criança: Como é que as famílias organizam os cuidados às crianças no primeiro ano de vida, em especial nos primeiros 6 meses, quando não podem beneficiar, em parte ou na totalidade, da licença parental inicial do regime contributivo? A que soluções, formais e/ou informais (creches, amas, familiares, sair do mercado de trabalho), recorrem na impossibilidade de usufruírem, em parte ou na totalidade, das licenças parentais? Como experienciam a parentalidade, a conciliação família-trabalho e o bem-estar da criança? Pensando na centralidade dos cuidados parentais no primeiro ano de vida da criança, que as licenças parentais enquadram especialmente nos primeiros 6 meses, como é que os especialistas da infância avaliam as situações em que tal não acontece? Que impactos percebem no bem-estar infantil? Para responder a estas questões, realizaremos entrevistas em profundidade a pais e mães "nas margens" do sistema de licenças parentais e realizaremos grupos focais a especialistas e profissionais da infância que, no dia-a-dia, contactam com as crianças e as suas famílias.

Em síntese, adotando uma perspetiva interdisciplinar que combina diferentes áreas do conhecimento (sociologia, políticas públicas e saúde), o *CareChild* procura reunir evidência empírica sobre as situações de desigualdade e discriminação das/os trabalhadores no acesso, gozo e partilha das licenças parentais, de modo a melhor compreender o seu impacto no bem-estar das crianças e fazer recomendações para uma política mais inclusiva.

Título do projeto:

Regiões urbanas funcionais: um desafio para a coesão e para a competitividade territorial (RUF_CC)

Linha temática:

Competitividade e coesão / Planeamento do território – regiões urbanas funcionais (RUF)

Investigadora responsável:

Teresa Sá Marques

Instituição:

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo:

O projeto subscreve a necessidade de se aprofundar o conhecimento territorial tendo em vista a construção de uma organização territorial policêntrica, capaz de reforçar o desenvolvimento urbano e a integração entre territórios – relações interurbanas e rurais-urbanas – de forma a atenuar as disparidades socioeconómicas inter e intrarregionais (PNPOT, 2019).

É um projeto que visa explorar os territórios a partir dos espaços relacionais, mostrando, potencialidades e estrangulamentos, bem como possibilidades de inovação no tocante aos modelos de organização das políticas públicas. Para isso, o projeto assume como objetivo primordial a identificação e caracterização de áreas e regiões urbanas funcionais (AUF e RUF), atendendo aos desafios da coesão territorial e da competitividade territorial.

A coesão territorial, enquanto princípio orientador de políticas públicas, afigura-se fundamental para garantir um desenvolvimento socioeconómico equilibrado e equitativo de todos os territórios, valorizando as diversidades e complementaridades, e facultando a possibilidade da população tirar o melhor partido das características existentes em cada território. Assim, um dos objetivos deste projeto é identificar áreas funcionais, multidimensionais, capazes de apoiar a territorialização de políticas públicas, dirigidas a diferentes setores (habitação, educação, saúde, transporte, ambiente, entre outras), com impactos múltiplos na promoção da coesão territorial.

A competitividade territorial, enquanto princípio orientador de políticas públicas, afigura-se fundamental para garantir um crescimento económico a todos os territórios, aproveitando o potencial dos diferentes lugares. Assim, aqui o objetivo é identificar regiões funcionais capazes de apoiar a territorialização de políticas públicas, dirigidas à inovação e ao crescimento económico, que atenda à dimensão e à diversidade dos recursos e às debilidades existentes, tendo em vista a promoção da competitividade territorial.

A Análise de Redes Sociais (ARS), também conhecida como ciência de redes (CR), irá suportar a abordagem metodológica dirigida à identificação das RUF, permitindo compreender as interações entre indivíduos, grupos e entidades de redes complexas. A ARS é uma forma privilegiada para identificar comunidades e investigar a estrutura, dinâmica e características das redes de regiões urbanas funcionais, de forma a compreender as interações e os fluxos entre diferentes áreas urbanas, nomeadamente através da identificação de padrões e estruturas que emergem desses fluxos de interação entre regiões urbanas. Para a caracterização das áreas ou regiões funcionais serão realizados tratamentos estatísticos multivariados, apoiados numa base de indicadores concelhios.

Do ponto de vista dos resultados, está prevista uma síntese dos referenciais teóricos e metodológicos e a criação de uma base de dados relacional e de caracterização concelhia. Pensando na *open science*, será construída uma plataforma online, que irá permitir a disseminação de uma série de mapas nacionais, delimitando e retratando as RUF. Serão ainda submetidos dois artigos em revistas de circulação internacional indexada.

Para a elaboração de cada um destes produtos, estará presente no processo de execução/disseminação/publicação, uma lógica de envolvimento dos parceiros em função das áreas de especialidade. Para isso, serão envolvidas as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), as quais serão responsáveis por acompanhar a elaboração do projeto e organizar um conjunto de workshops capazes de dinamizar o envolvimento das instituições regionais, tendo em vista os desafios da competitividade e da coesão territorial. A nível nacional, o projeto será também acompanhado pela Direção-Geral do Território (DGT). No final, será organizada uma conferência e serão desenvolvidos um relatório técnico e um *policy brief*.

Título do projeto:

AquaTariff. Melhores tarifários para os serviços de águas nas perspetivas económica, social e ambiental

Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / Água: tarifários

Investigador responsável:

Jaime Melo Baptista

Instituição:

LIS-Water – Lisbon Internacional Centre for Water

Resumo:

O objetivo deste projeto é identificar soluções inovadoras que melhorem a aplicação dos tarifários dos serviços de abastecimento de água e de gestão de águas residuais e pluviais em Portugal (daqui em diante designados por serviços de águas), com base nas melhores práticas internacionais. Serão considerados diferentes tipos de utilizadores, de utilização e de serviços, e ter-se-á em vista manter a perspetiva da sustentabilidade económica e financeira dos serviços, mas continuando a assegurar a acessibilidade económica e promovendo maior equidade entre os tarifários, e também incentivando um uso mais eficiente e sustentável da água, face ao atual desafio de escassez hídrica resultante das alterações climáticas.

O momento temporal é especialmente oportuno, pois o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (daqui em diante designado por PENZAARP 2030) foi recentemente aprovado. O regime tarifário preconizado no Plano deverá ter um impacto positivo nos seus quatro objetivos globais (eficácia, eficiência, sustentabilidade e valor acrescentado). Este projeto procura dar resposta a esses quatro objetivos globais, bem como a três objetivos específicos, a sustentabilidade económica e financeira, a eficácia na equidade e acessibilidade económica e a valorização societal.

O estado da arte sobre tarifários centra-se nos desafios de sustentabilidade económica e financeira, de equidade de acesso e de gestão eficiente dos recursos hídricos, ou seja: (1) procura-se a recuperação tendencial dos gastos decorrentes da prestação dos serviços, em condições de assegurar a sua qualidade e a sustentabilidade das entidades gestoras, operando num cenário de eficiência; (2) procura-se assegurar uma correta proteção do utilizador, nomeadamente através da acessibilidade económica destes serviços, de forma a promover o acesso universal dos cidadãos aos mesmos; (3) procura-se que os tarifários contribuam para a utilização sustentável dos recursos hídricos, através da interiorização dos gastos e dos benefícios associados à sua utilização, incentivando boas práticas e penalizando desperdícios e

consumos excessivos, face ao desafio das alterações climáticas e consequente escassez hídrica.

A estratégia deste projeto é encontrar a solução de equilíbrio que assegure as preocupações económicas e financeiras de recuperação dos gastos, as preocupações sociais de acessibilidade económica e as preocupações ambientais de utilização sustentável dos recursos hídricos, procurando soluções inovadoras para a sua melhoria.

A metodologia baseia-se no levantamento de soluções desenvolvidas em três regiões do mundo, Europa, América Latina e África, juntando alguns outros países com problemas extremos de escassez hídrica.

Os principais fatores a analisar são o âmbito de aplicação das tarifas, a incidência das tarifas, a estrutura tarifária, as tarifas de serviços auxiliares, os tarifários de serviços especiais, os tarifários e as tarifas de casos específicos, o custeio, a eficiência económica e suficiência financeira, os indicadores de desempenho, a avaliação do nível de risco, a premiação através da rentabilidade por excelência da qualidade de serviço e os descontos tarifários por deficiente qualidade de serviço.

Para o efeito será desenvolvida uma abordagem desagregada num total de 18 tarefas agrupadas em quatro atividades: caracterização dos tarifários, levantamento das boas práticas, melhoria dos tarifários e gestão administrativa e financeira do projeto (diagrama em anexo).

Quanto ao conhecimento e competências da equipa, esta é constituída por quatro elementos, três com doutoramento, tendo formações em engenharia civil e sanitária, administração pública, ciências políticas e economia, para assegurar uma abordagem multidisciplinar.

Jaime Baptista é Investigador Coordenador e um profissional com 48 anos de atividade dedicado aos serviços de águas, em políticas públicas, governação, regulação, projeto, modelação matemática, reabilitação, qualidade de serviço e avaliação de desempenho. Foi Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) entre 2023 e 2015 e foi coordenador técnico do PENSAARP 2030.

Rita Amaral é doutorada e mestre em Engenharia Civil, com especialização em hidráulica e recursos hídricos, e pós-graduada em Gestão. Tem 13 anos de experiência em serviços de águas, tendo colaborado como consultora e investigadora no desenvolvimento de estudos e projetos sobre políticas públicas, regulação e gestão destes serviços.

Jorge Gonçalves é doutorado e mestre em Engenharia Civil. Tem 8 anos de experiência como investigador, gestor operacional de entidades gestoras dos serviços de águas e consultor de engenharia.

Julio Aguilera é licenciado em Administração Pública e Ciências Políticas, com Mestrado em Economia e em Regulação de Serviços Públicos. Com 30 anos de experiência, foi Diretor Executivo da Comissão de Regulação da Água Potável e do Saneamento Básico da Colômbia.

Título do projeto:

Planeamento de intervenções de mitigação dos impactos da impermeabilização dos solos e de adaptação às alterações climáticas em áreas urbanas (UnSealingCities)

Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / Solo: Impermeabilização do solo

Investigadora responsável:

Maria Beatriz Marques Condessa

Instituição:

IST – Instituto Superior Técnico

Resumo:

O projeto *UnSealingCities* ambiciona propor recomendações e intervenções inovadoras, para controlar a impermeabilização do solo nas cidades e aumentar a sua resiliência às alterações climáticas, que contribuam para aperfeiçoar as políticas e práticas de planeamento local em Portugal. Através da avaliação, à escala municipal, dos níveis de impermeabilização do solo e da vulnerabilidade territorial a eventos de calor excessivo, cheias, inundações e picos de poluição atmosférica, o projeto pretende priorizar as necessidades de intervenção em áreas urbanas com vista à apresentação de propostas de alteração do uso/ocupação do solo ou de desenvolvimento de Soluções baseadas na Natureza (NBS) nas localizações identificadas como mais vulneráveis. Tais propostas destinam-se a limitar ou a reverter os impactos da impermeabilização dos solos e a aumentar a resiliência das zonas urbanas às alterações climáticas. Deste modo, o projeto identificará os espaços intraurbanos com potencial para reversão da impermeabilização do solo (tais como, áreas industriais abandonadas, edificado devoluto degradado ou parques de estacionamento com pavimento não permeável), bem como os que beneficiariam do desenvolvimento de NBS (e.g. criação de infraestrutura verde/azul ou interligação da já existente).

A investigação visa adicionalmente:

- i. Identificar fontes de dados, indicadores e metodologias para avaliar e monitorizar os processos em apreciação;
- ii. Compilar as melhores práticas nacionais e internacionais para responder às vulnerabilidades consideradas;
- iii. Produzir um conjunto de recomendações relativas à impermeabilização do solo em áreas urbanas, para apoiar os Planos Territoriais Municipais e reforçar o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

A seleção dos municípios a estudar alicerçar-se-á em indicadores sobre a impermeabilização do solo disponíveis no Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo.

As áreas intraurbanas mais vulneráveis dos municípios visados serão identificadas através da integração e análise espacial dos seguintes dados geográficos: a) Planos Diretores Municipais; b) Mapas de vulnerabilidade às ocorrências de interesse produzidos pelos Planos de Adaptação às Alterações Climáticas e pelos Planos de Gestão de Riscos de Inundações; c) Dados de qualidade do ar disponibilizados pelo sistema QualAR; d) Cartografia de uso e ocupação do solo; e) Estimativas da densidade de impermeabilização do solo para pixéis de 100m² (*Imperviousness Density*), produzidas pelo *Copernicus Land Monitoring Service*; e f) Informação adicional considerada relevante pelos municípios.

As propostas de intervenção para os locais de maior vulnerabilidade, fundamentar-se-ão nas boas-práticas nacionais e internacionais inventariadas em ii) e nas orientações Europeias relativas ao desenvolvimento urbano sustentável, tendo em conta a estratégia de desenvolvimento territorial delineada por cada município.

A equipa de projeto integra investigadores e técnicos da administração pública com reconhecida experiência nas temáticas abordadas, incluindo elementos dos departamentos de urbanismo dos municípios selecionados.

Título do projeto:

O futuro das interações Cidade-Porto em Lisboa (CidadeportoTejo)

Linha temática:

Competitividade e coesão / Planeamento do território - principais portos e suas envolventes

Investigadora responsável:

Ana Morais de Sá

Instituição:

IST – Instituto Superior Técnico

Resumo:

Os portos são elementos de enorme importância no contexto nacional, permitindo a conexão entre o local e o global. Para além do seu papel nos transportes, o porto e suas infraestruturas são elementos estruturantes no contexto urbano, moldando as cidades e suas frentes ribeirinhas. Por outro lado, sabe-se que o porto e suas atividades causam uma série de externalidades negativas, que afetam sobretudo a população local, mas que também agravam desafios globais. Nesse sentido, é necessário entender que um porto, para além do seu papel nos transportes, pode contribuir para combater problemáticas locais e globais. A urgência energética e necessidade de uma transição é uma das frentes em que os portos podem e devem atuar, prevendo medidas necessárias perante os desafios que se colocam através da alteração de paradigmas.

A mudança de paradigma associada à necessidade de transição energética, descarbonização e combate às alterações climáticas e a resposta dos portos a essa mudança afeta o contexto local e sua população, inclusive alterando os perfis sociodemográficos e a necessidade de infraestrutura e serviços básicos – como habitação, saúde, educação e transportes. É importante, assim, procurar antecipar essas mudanças e seus impactos, de modo a planear o contexto urbano em consonância com as alterações que se preveem.

É nesse contexto que se coloca o projeto CidadeportoTejo. Tomando o Porto de Lisboa (PL) como estudo de caso, o projeto visa lançar as bases para o planeamento urbano nas cidades portuárias em resposta às mudanças sociodemográficas no âmbito da transição energética dos portos. No centro desta abordagem está a integração eficaz e eficiente dos planos de ordenamento do território, assegurando a coerência entre vários sectores e promovendo sinergias entre as iniciativas portuárias e municipais.

O projeto, com duração de 12 meses, será desenvolvido através de seis tarefas (T), sendo a T1 referente à gestão e comunicação. A T2, com uma duração de três meses, irá rever a literatura

sobre as interações entre o porto e a cidade, considerando as suas dinâmicas territoriais e a trajetória específica em Lisboa, analisando também o Plano Estratégico (SP) do PL. A T3, com uma duração de sete meses, tem como objetivo a estimativa das futuras mudanças sociodemográficas, considerando uma primeira caracterização atual, a projeção de *inputs* necessários e, finalmente, as projeções de mudanças sociodemográficas. A T4, também com uma duração de sete meses foca-se: numa análise de políticas comparadas para desenvolver uma metodologia de análise *ex-post*; na caracterização do presente e do futuro com relação ao uso do solo, à acessibilidade e aos serviços na área de estudo; na avaliação de cenários de *backcasting* face à situação atual, e definição das políticas e medidas que poderão colmatar os *gaps* identificados; e, finalmente, na compilação dos *insights* obtidos. É importante destacar que as tarefas T2, T3 e T4 iniciam-se em simultâneo, no primeiro mês de projeto. Desse modo, os últimos cinco meses de projeto são dedicados à T5, que, através de processos de co-criação, pretende dar resposta ao objetivo inicialmente proposto, convergindo os resultados obtidos em todas as tarefas.

O projeto prevê ainda seis *milestones* (M). A M1, derivada dos resultados obtidos na T2, refere-se ao SP do PL e à listagem de projeções de actividades. A M2 relaciona-se com a T3 e constitui perspectivas de transformações sociodemográficas. M3 e M4 resultam da T4, sendo a primeira a contribuição da análise *ex-post* de políticas públicas, e a segunda relativa à cartografia de uso do solo. A M5 relaciona-se com a T5 e corresponde a um *policy brief* no contexto da transição energética do porto e a resposta do planeamento urbano às mudanças sociodemográficas. Estando associada à T1 a M6 é referente ao seminário de encerramento.

Sendo um projeto multissetorial, destaca-se que o CidadeportoTejo necessita de uma equipa com diferentes valências. Nesse sentido, ela é composta por uma série de instituições capazes de atender às necessidades que se colocam. O IST dispõe de uma equipa voltada para o planeamento territorial e urbano, e políticas públicas (CiTUA) e membros com importantes valências em Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e em cadeias de abastecimento regionais e urbanas (CERIS). O IGOT dispõe de uma equipa com os conhecimentos necessários para as análises sociodemográficas. A CCDR-LVT dispõe de importantes valências com relação ao futuro da região, nomeadamente no que se refere ao planeamento urbano. Por sua vez, a APL é uma parceira fundamental para o desenvolvimento do projeto, responsável pela administração do porto que constitui o caso de estudo. Por fim, destaca-se o apoio da AIVP, associação relevante na temática da relação porto-cidade. O apoio da AIVP também é notório através do consultor do projeto, José Sánchez, diretor da Agenda 2030 da AIVP.

Título do projeto:

Impactos da desertificação e seca na Bacia transfronteiriça do Rio Xévorá. Definição de metodologias e de instrumentos de recolha de dados para apoio à tomada de decisão (IDD-XB)

Linha temática:

Transição climática e sustentabilidade dos recursos / Estratégias de combate à desertificação, degradação dos solos e seca (escala ibérica)

Investigador responsável:

Emanuel Dutra

Instituição:

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Resumo:

A desertificação e a seca são fenómenos ambientais cada vez mais prevalentes e preocupantes, com impactos significativos na produção agrícola em todo o mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), até o ano de 2050, a degradação de terras pode gerar a deslocação de 143 milhões de pessoas, em função dos impactos iniciais da mudança climática. Definida pela ONU como “a degradação da terra nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas”, a desertificação exige uma mudança de paradigma na gestão sustentável da terra. A seca, por sua vez, refere-se a períodos prolongados de escassez de chuva que podem levar a condições de estresse hídrico em ecossistemas terrestres, mas está longe de ser apenas um fenómeno meteorológico, constituindo antes uma das bases para uma crise social, política e económica complexa que expõe as vulnerabilidades dos sistemas agrícolas e evidencia a necessidade urgente de desenvolver estratégias de adaptação resilientes e sustentáveis.

Portugal encontra-se entre os países europeus com maior vulnerabilidade ao fenómeno da desertificação, sobretudo as zonas semiáridas do sudeste e nordeste do país. Esta ameaça tem vindo a expandir-se em consequência do aumento da aridez nas últimas décadas, causada pelas alterações climáticas, numa preocupação partilhada com Espanha, e que é objeto de diálogo continuado no contexto das Cimeiras Luso-Espanholas tendo sido referido uma vez mais no contexto da 34ª cimeira realizada em março de 2023, onde Portugal e Espanha reiteram a necessidade de dinamizar estratégias concertadas de combate à desertificação de forma a fazer frente às situações de seca e harmonizar os sistemas de indicadores de seca e escassez de ambos os Estados.

Para alcançar os objetivos políticos estabelecidos naqueles documentos, é necessário desenvolver e estabilizar modelos de compreensão e gestão dos impactos da desertificação e

da seca na produção agrícola, o que constitui objetivo do presente projeto, no que se refere ao desenvolvimento, numa região fronteiriça e a partir de um recurso hídrico partilhado entre Portugal e Espanha, de um protótipo funcional de integração mais completa de dados climáticos, de solo e de cultivo, para melhorar a precisão das previsões e dos modelos de risco agrícola, e que possa estar na base do desenvolvimento de estratégias adaptativas que levem em conta as mudanças climáticas, seus efeitos sobre a desertificação e a seca e destas sobre as condições de produção agrícola, procurando fortalecer as capacidades de resposta e de recuperação das comunidades agrícolas afetadas por aqueles fenómenos.

Várias ferramentas de apoio à decisão foram desenvolvidas para auxiliar agricultores, gestores de recursos naturais e formuladores de políticas na tomada de decisões informadas. Estas incluem sistemas de alerta precoce para secas, programas de conservação de água e solos, e políticas de gestão de riscos agrícolas. No entanto, e apesar dos avanços na compreensão e na gestão dos impactos da desertificação e da seca na produção agrícola, ainda existem lacunas significativas na investigação atual. Algumas dessas lacunas incluem a necessidade de uma integração mais completa de dados climáticos, de solo e de cultivo para melhorar a precisão das previsões e dos modelos de risco agrícola; a necessidade de desenvolver estratégias adaptativas que levem em conta as mudanças climáticas e seus efeitos sobre a desertificação e a seca; a necessidade de fortalecer as capacidades de resposta e de recuperação das comunidades agrícolas afetadas por esses fenómenos e a importância de envolver as comunidades locais e os *stakeholders* no desenvolvimento e na implementação de medidas de adaptação e mitigação. O projecto IDD-XB tem como objetivos colmatar algumas destas lacunas, nomeadamente no que respeita a um modelo de integração mais completa de dados climáticos, de solo e de cultivo para melhorar a precisão das previsões e dos modelos de risco agrícola procurando fortalecer as capacidades de resposta e de recuperação das comunidades agrícolas afetadas por esses fenómenos.

Título do projeto:

Os níveis da descentralização na luta contra a pobreza: as novas competências municipais na acção social (POV_LEVELS)

Linha temática:

As Pessoas Primeiro / A pobreza e o processo de transferência de competências da Ação Social para as Autarquias Locais: requisitos e condições

Investigador responsável:

Renato Miguel Emídio do Carmo

Instituição:

Associação Iscte Conhecimento e Inovação – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologias

Resumo:

Tendo como base a descentralização de competências para as autarquias locais, o presente estudo tem como objetivo criar um sistema de indicadores para a política de rendimento social de inserção (RSI), servindo de base para a criação de um modelo de avaliação de prestação de serviço desta política. A questão de investigação que irá guiar os nossos trabalhos é em que medida a descentralização de competências contribui para atenuar as causas da pobreza e para melhorar a qualidade dos serviços prestados? A descentralização tem sido vista como mecanismo de combate à pobreza. Várias organizações internacionais, como Banco Mundial, a OCDE e a União Europeia referem o potencial da descentralização no sentido de potenciar as autarquias locais a desenvolverem processos de desenvolvimento sustentável. Vários autores como Von Braun e Groot (2000) e Crawford e Hartmann (2008) argumentam a favor da descentralização, referindo que os governos locais estão mais bem informados das necessidades das suas populações que o estado central. A proximidade facilita a monitorização do cidadão-beneficiário e pode, também, permitir uma mais fácil e eficaz avaliação dos técnicos sociais. No entanto, emergem algumas questões, nomeadamente, o facto de estes possíveis impactos positivos dependerem de dois factores, nomeadamente, os recursos que sejam disponibilizados para as autarquias locais (Jütting e Corsi, 2005 e Harris e Posner, 2022) e, também, a forma como as próprias autarquias executam os programas (Harris e Posner, 2022). Nos Países Baixos, por exemplo, aquando do processo de descentralização de competências (2003 e 2015), o problema que emergiu estava relacionado com o modo de atuação dos funcionários sociais na execução e monitorização dos beneficiários de assistência social, os quais adoptavam uma filosofia assistencialista. E foi através da iniciativa dos municípios que se mostraram abertos a alterar o paradigma do modelo de intervenção social (Oliveira, 2024). Em Portugal, houve quem se opusesse à descentralização com o argumento de insuficiência e falta

de adequação de recursos financeiros, de meios humanos ou de recursos técnicos por parte das autarquias locais para desempenharem as competências que lhes foram atribuídas. Se acrescentarmos a isto a já prévia existência de lacunas na literatura, de modelos de avaliação de prestação de serviços, cresce a necessidade, nas políticas públicas e para os decisores políticos, de avaliar a prestação dos serviços. Dos estudos sobre modelos de intervenção social destacam-se as teses de doutoramento (Reis, 2020) mas, também, os livros de Sousa et al (2000) e, também, o manual sobre práticas Colaborativas e Positivas na Intervenção Social de Rivero et al (2013) que, ao estudarem o rendimento mínimo, acabam por abordar os modelos de intervenção social dos técnicos sociais e alguns indicadores de avaliação. Dos vários estudos existentes, são assertivos em referir a abordagem colaborativa como uma intervenção capacitadora, focada na “reapropriação da capacidade de agir” (Soulet, 2007: 4). O fenómeno da pobreza é multidimensional, não se circunscrevendo apenas à falta de meios materiais, mas às perceções subjetivas e dos vínculos e identidades sociais (Ravaillon, 1997; Gordon et al., 2000, Specker, 2007, Carmo e d’Avelar, 2021). Este estudo visa compreender como as autarquias locais estão a operacionalizar estas novas competências na sua abordagem de intervenção social, se esta está a promover uma melhor qualidade do serviço de políticas sociais, nomeadamente, a atenuar os modos de reprodução geracional da pobreza (Sousa, 2005). Propomos executar este projecto em três *work packages*. Um primeiro de contextualização e enquadramento da temática, onde iremos consolidar o nosso modelo teórico-conceptual, também, através do mapeamento das dimensões-chave de acesso e qualidade. Um segundo, de avaliação dos processos operacionalizados pelos municípios. E o último referente às recomendações do estudo. O estudo segue uma abordagem investigação-acção em quatro municípios portugueses, seleccionados com base em tipologias sócioterritoriais representativas da realidade portuguesa (Carmo, 2023). A recolha dos dados será feita com recurso a análise documental, nomeadamente, registos administrativos dos departamentos de acção social das câmaras municipais, entrevistas semiestruturadas e *focus group* a actores-chave. Pretende-se que este estudo contribua com recomendações de melhoria dos serviços públicos de âmbito e de intervenção local, salvaguardando o facto de se tratar de estudos de caso e, por isso, a sua extrapolação deverá ser acautelada. A equipa é multidisciplinar, composta por sociólogos, assistentes sociais, gestores de recursos humanos e especialistas em políticas públicas, acumulando um capital relevante de experiência em investigação, avaliação, docência nas diferentes áreas em causa e que será alicerçado no *expertise* e experiência do comité de acompanhamento, nas diferentes fases do projecto.